

EDUCAÇÃO SUPERIOR, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Carine Leal Fraga Paiva¹, Rafaela Maia Ribeiro², Ivana Nunes de Arruda Rito³, Maria Tereza Dejuste de Paula⁴

^{1,2,3,4}Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Vale do Paraíba / UNIVAP, Av. Shishima Hifumi, 2911 cep:12.244-000, Bairro Urbanova - São José dos Campos, SP. carine_fraga@terra.com.br, rafaelamribeiro@bol.com.br, ivanarito@gmail.com, dejuste@univap.br

Resumo: O desenvolvimento econômico ocorre a partir da qualidade do crescimento econômico. Alguns economistas acreditam que este depende da maneira que estes recursos serão alocados para o bem estar social, gerando melhores condições de educação, saúde e moradia. Este estudo relata o impacto da educação no desenvolvimento – com foco na Educação Superior - abordando a evolução educacional no país. Com base em dados é possível verificar a relação existente entre a escolaridade e a empregabilidade. Pessoas com maior escolaridade ocupam a maior parte dos postos de trabalho. A relação escolaridade e renda é retratada através de dados sobre a média de salário paga por hora conforme anos de escolaridade. A educação da sociedade faz com que esta saiba reivindicar, lutar pelos direitos de cidadania e, principalmente, atue na sua realidade, buscando assim seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação, desenvolvimento, empregabilidade.

Área do Conhecimento: VI - Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

Maia (2006), no dicionário de desenvolvimento econômico, define este como sendo um conceito que aproxima a economia das demais Ciências Sociais. Sua principal característica não se restringe ao crescimento da produção em uma região, mas trata principalmente de aspectos relacionados com a qualidade do crescimento econômico.

Segundo o autor, alguns economistas acreditam que o desenvolvimento se dá a partir dos recursos advindos do crescimento, e da maneira como estes são distribuídos na sociedade. Estes recursos devem ser usados para a redução da pobreza, a elevação dos salários e de outras formas de renda, o aumento da produtividade do trabalho, o aperfeiçoamento das condições de trabalho, a melhoria das condições habitacionais, o acesso à saúde e à educação, o direito a tempo de lazer, a melhoria da dieta alimentar e, então, da "qualidade de vida".

Desta maneira, o fenômeno do desenvolvimento está relacionado com as economias capitalistas. Também, pela importância da acumulação de capital nesse processo é que se confunde às vezes na literatura o fenômeno do desenvolvimento com o conceito mais restrito de crescimento econômico, este envolvendo questões puramente quantitativas.

Para se medir o desenvolvimento econômico de um país é necessário avaliar diversos aspectos, como renda mínima, empregabilidade, nível de democracia, independência nacional e o aumento de produtividade. Além destes itens, são

analisados outros que são considerados fundamentais, e que fazem parte da dignidade humana como nutrição, moradia, saúde e educação.

Segundo Washington (1986), através da Educação Superior são alcançadas diversas mudanças, sendo duas vertentes principais: a crescente participação ou incorporação do povo nas decisões nacionais (expectativas de comportamento e a capacidade para operar em ações participativas) e o avanço científico-tecnológico. Tudo isto implica assumir responsabilidades e adquirir aptidões na sociedade. Como se supõe uma relação positiva entre educação e desenvolvimento, torna-se necessária a educação da população total como um de seus direitos.

O presente estudo discutir as relações entre educação, desenvolvimento e empregabilidade, a partir de dados brasileiros.

Metodologia

Para se analisar o vínculo existente entre o nível de escolaridade da sociedade, com sua oportunidade de emprego e então participação na busca pelo desenvolvimento, o presente trabalho apresenta uma pesquisa quantitativa-qualitativa.

Esta pesquisa foi iniciada introdutoriamente através de embasamento bibliográfico, que fundamentou a busca por variáveis quantitativas (dados trabalhados mensuravelmente através de porcentagens a respeito do investimento do governo brasileiro na Educação por séries e empregabilidade e renda relacionados com anos

de estudo da população) e qualitativas (caracterização e posicionamento de autores sobre esta temática) apresentadas como resultados que foram discutidos.

Para a elaboração dos gráficos foram utilizados, dentre outros, dados do INEP/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (autarquia vinculada ao Ministério da Educação) e dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Brasil.

Após discutidos, os resultados propiciaram as formulações de conclusões que permitiram atender o objetivo do presente trabalho.

Resultados e Discussão

Políticas Educacionais e seus Investimentos – A Evolução do Ensino Superior no Brasil

Para Martins (2000), nas últimas três décadas o Brasil sofreu mudanças significativas no que se refere ao ensino superior. Nos anos 60, o país possuía centenas de instituições, sendo que estas eram caracterizadas por possuírem pequeno porte, estarem localizadas em centros urbanos e apresentarem a maior parte dos estudantes do sexo masculino. Estes centros universitários eram formados por docentes com pouca profissionalização, pois a docência não era vista como ferramenta para o desenvolvimento, sendo também mais destinados à formação de profissionais para a área acadêmica.

No processo de mudanças, tem-se hoje uma grande modificação no perfil do público que busca o ensino superior, com um aumento significativo da procura por pessoas do sexo feminino e por profissionais que almejam atuar no mercado de trabalho fora dos bancos universitários. A regionalização da oferta de ensino superior foi outra grande mudança. Segundo dados do Censo da Educação Superior (2005), divulgados em dezembro de 2006, o sistema abrange 2165 instituições, absorvendo 4.453.156 de matrículas e aproximadamente 20.407 cursos (abrangendo todas as áreas do conhecimento).

Os resultados do Censo da Educação Superior de 2006, divulgados em dezembro de 2007 pelo INEP, mostram um grande crescimento nos cursos de educação a distância (EAD). De 2003 a 2006 houve um aumento de 571% em número de cursos e de 315% no número de matrículas. Em 2005, os alunos de EAD representavam 2,6% do universo dos estudantes. Em 2006 essa participação passou a ser de 4,4%.

Estas mudanças podem estar associadas, entre outros fatores, com o crescente cuidado com a educação por parte também dos governos já que esta passou mais enfaticamente a ser vista como um fator importante no mundo globalizado.

Com base em dados do INEP/MEC é possível visualizar os gastos governamentais com educação nos últimos anos, e a maneira como estes recursos estão sendo distribuídos nos níveis de ensino da escola brasileira. A Figura 1 (abaixo) aponta quais níveis e modalidades de ensino estão recebendo maior incentivo.

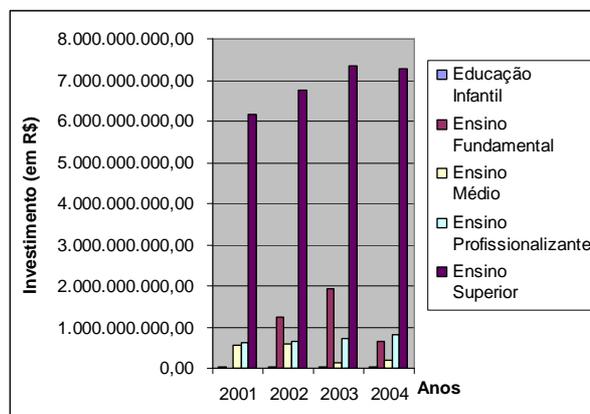


Figura 1: Gastos Governamentais Brasileiros com Educação (período: 2001 a 2004).

De 2001 para 2004, o setor da Educação que teve maior percentual de aumento de investimento foi o de Ensino Fundamental, passando de R\$1.635.925,134 para R\$670.267.439,00. Neste mesmo período, o Ensino Infantil teve uma queda de investimento por volta de 15%, o Ensino Médio uma queda por volta de 65% e o Ensino Profissionalizante obteve um aumento por volta de 30%. Nestes quatro anos o Ensino Superior obteve um aumento em seu investimento, passando de R\$6.158.789.019,00 para R\$7.274.000.648,00, o que representa um aumento médio de 18%. O gráfico mostra que, dentre este período, o ano que apresentou maior investimento no geral dos setores apresentados foi o ano de 2003, com R\$10.173.386.318,00, ano no qual também o Ensino Superior teve seu maior investimento, de R\$7.353.696.546,00.

Estes recursos para a Educação são utilizados em projetos como o da Bolsa Família e Pró Uni - Universidade para todos, na compra de material escolar para escolas públicas, no marketing de incentivo para campanhas governamentais de âmbito social, no ENEM, na formação e especialização de professores, na estruturação de escolas e na criação de novos centros educacionais. Não se pode deixar de mencionar que o controle destes programas também despende custo.

Segundo o divulgado pelo Ministério do Planejamento, em dezembro de 2005, de acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em 2002 os gastos do governo geral no Brasil com educação superior totalizaram 0,9% do PIB, enquanto que os gastos do governo sul-coreano foram de 0,3% do PIB. No

mesmo ano, a taxa de matrícula, definida como a proporção de pessoas em idade universitária matriculadas em universidades, era de 85% na Coréia do Sul e de 18% no Brasil, segundo dados do Banco Mundial. Deve-se ressaltar que a variável mais relevante para explicar a taxa de matrícula é o gasto total em ensino superior e não apenas o gasto público, uma vez que em muitos países o gasto privado tem um peso importante. A Coréia do Sul apresenta um dos maiores níveis de gasto privado em ensino superior do mundo (1,9% do PIB), o que faz com que os gastos totais sejam menores apenas do que o dos Estados Unidos. Isto ajuda a explicar porque esses dois países apresentam as maiores taxas de matrícula em universidades entre os países desenvolvidos e impede uma avaliação comparativa em termos de eficiência dos gastos públicos com o Brasil. A OCDE não dispõe de dados sobre os gastos totais em educação superior no Brasil.

Estes investimentos são essenciais pois têm como objetivo a busca por um melhor sistema educacional e, portanto, pelo desenvolvimento da nação - pois como o comentado anteriormente, o desenvolvimento se dá através do bom investimento de seus recursos. Isto pode ser visto através de dados que relacionam o nível de educação da população com sua ocupação no mercado de trabalho e sua renda relativa - o que interfere diretamente no seu bem-estar.

A Educação como Fator na Força de Trabalho – Relação existente entre anos de Estudo, Empregabilidade e Renda

Langoni (1973) menciona que o principal fator da desigualdade financeira vem da desigualdade educacional entre as classes e que este fato foi mais explícito entre os anos 60 e 70, pois o mercado passou a exigir mão de obra mais qualificada, associada à industrialização.

Como se pode perceber na relação entre emprego e anos de estudo apresentada na figura 2, o mercado de trabalho brasileiro gera maiores oportunidades para aqueles que possuem maior escolaridade - sendo este mercado cada vez mais competitivo e exigente na hora da contratação.

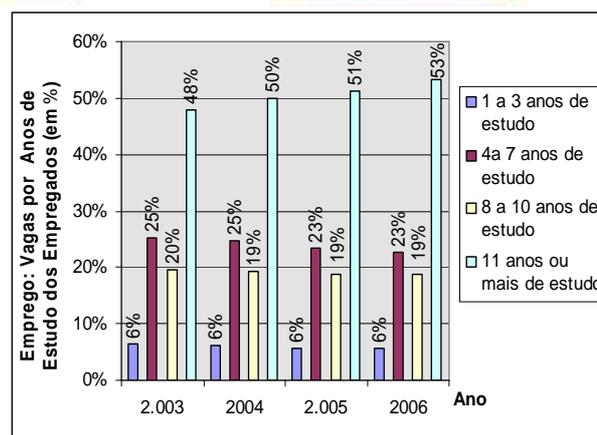


Figura 2 - O Impacto da Educação na Empregabilidade Brasileira (período: 2003 a 2006).

Fonte: IBGE

Analisando-se os dados referentes ao período entre 2003 e 2006, percebe-se que as vagas de emprego estão sendo ocupadas cada vez mais por pessoas com 11 anos ou mais de estudo. Em 2003 tinham-se ocupadas 48% das pessoas com 11 anos ou mais de estudo, em 2004 este número passou a ser de 50% e em 2006 o número passou para 53% - sendo que nesta data somente 5,51% das ocupações é de pessoas com 3 anos ou menos de estudo.

Estes dados mostram que pessoas com 4 a 7 anos de estudo ocupam mais vagas do que pessoas com 8 a 10 anos de estudo. Isto poderia ser explicado pelo fato de que pessoas com menos de 8 anos de estudo ganham menos e muitas vezes podem executar a mesma função do que um indivíduo com 8 a 10 anos de estudo. Mas um indivíduo com 11 anos ou mais se torna diferenciado em relação ao que possui de 8 a 10 anos de estudo pois este período a mais de estudo torna a mão de obra qualificada, e especializada para um dado serviço.

O demógrafo Torres (2004), partindo de estudos feitos pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE), descreve diversos argumentos que podem ser usados para justificar a importância da educação nas chances de um indivíduo ascender socialmente. O autor apresenta informações sobre o mercado de trabalho atual que, no seu ver, provam que, no Brasil, a educação é um meio de ascensão social e, por esta razão, o meio mais importante pelo qual as pessoas de classes mais baixas podem alcançar um futuro melhor.

Portanto quando se olha para resultados estatísticos (como os apresentados neste trabalho), percebe-se que casos como os de alguns jogadores de futebol (com grande ascensão profissional e muitas vezes com baixa escolaridade) e de desempregados com diplomas

universitários são exceções se comparados com a grande maioria (na relação entre anos de estudo e ascensão profissional).

Independentemente de alguma impressão que se possa ter na atualidade, para a vasta maioria das pessoas quanto maior os anos de estudo, maiores são as chances de se conseguir um trabalho melhor remunerado. Através da elaboração da Figura 3, baseada em dados do IBGE, relacionando-se tempo de estudo e salário, é possível confirmar o afirmado por Menezes Filho (2001) e tantos outros economistas: quanto maiores os níveis de escolaridade, maiores os rendimentos.

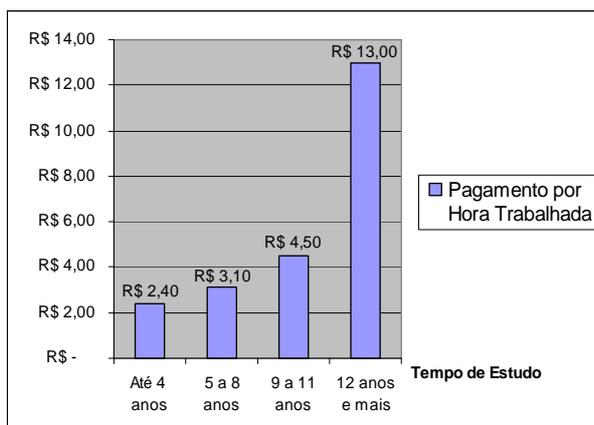


Figura 3 - Relação entre Anos de Estudo e Salário por Hora Trabalhada – 2004
Fonte: IBGE

A figura 3 mostra que no ano de 2004 pessoas com até 4 anos de estudo possuíam renda média por hora de R\$ 2,40, enquanto as pessoas com 5 a 8 anos de estudo recebiam em média R\$ 3,10 por hora, chegando a R\$ 13,00 com 12 anos ou mais de estudo.

Ainda para Menezes Filho (2001), o Brasil é o país com maior retorno em termos salariais em anos de estudo do mundo. Porém o que se observa atualmente é que estes retornos estão declinando com o passar do tempo, uma parte devido - mesmo que possa parecer estranho - à evolução educacional que causou um aumento do número de pessoas com o Ensino Fundamental e Médio (esta situação propiciou a criação de um quadro no qual os salários de quem tem pouca ou nenhuma qualificação quase se equiparam).

Conclusão

O Brasil é hoje uma nação com grandes expectativas de desenvolvimento. A busca por este desenvolvimento deve ser realizada através da boa alocação de recursos feita pelos governos para aumentar o bem estar da sociedade, na tentativa de distribuir da melhor maneira os escassos recursos.

Para se medir o desenvolvimento de uma nação, diversos aspectos são avaliados, sendo que um deles é o nível educacional da população.

Uma nação com pessoas mais escolarizadas incentiva o exercício da cidadania, criando cidadãos que têm capacidade de acompanhar, controlar e cobrar ações dos governos, permitindo-se ter uma visão mais abrangente do mundo, aumentando o exercício da sociabilidade e da convivência em sociedade, dentre outros fatores.

A educação é sem dúvida um importante fator na força de trabalho e renda e um instrumento capaz de gerar maior igualdade de oportunidades.

Neste contexto, a Educação superior se coloca como importante fator individual e para o país, mostrando a necessidade de investimentos e de ações para seu desenvolvimento com qualidade.

Referências

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em maio/2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em maio/2008.
- LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico**, Rio de Janeiro, 1973.
- MAIA R. **Dicionário de desenvolvimento econômico**, 2006.
- MARTINS, C. B. **O Ensino Superior Brasileiro nos anos 90**, São Paulo, 2000.
- MENEZES FILHO N. A. **A evolução da Educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho**, USP, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MEC. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>, acesso em maio/2008.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, disponível em: “<http://www.planejamento.gov.br>”, acesso em maio/2008.
- TORRES, C. V. **Diversidade cultural no contexto organizacional**; Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil, 1, Porto Alegre, 2004.
- WASHINGTON, D. C.. **La Educacion: Educacion de La poblacion en edad activa: derecho individual diferido y estrategia social de desarrollo**. v.30, n.100, 1986.